

## Senado votará logo a reeleição, promete ACM

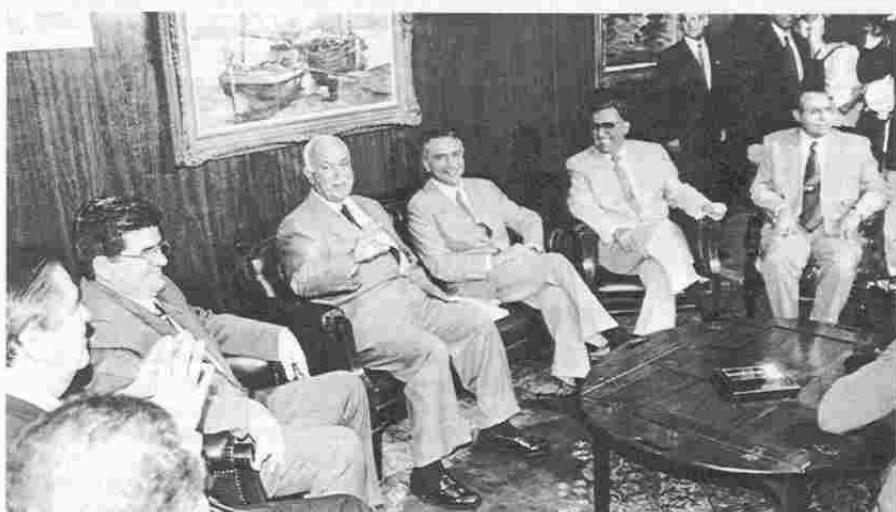
O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, descartou qualquer possibilidade de atraso na votação da emenda da reeleição, por conta das atenções que a CPI dos Precatórios está atraindo. O senador recebeu na manhã de ontem, das mãos do presidente da Câmara, deputado Michel Temer, o texto da proposta que permite a reeleição para os ocupantes de cargos executivos a partir do pleito de 1998. À tarde, a emenda foi lida em plenário. Caberá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre a matéria.

Antonio Carlos garantiu ao presidente da Câmara que os senadores decidirão sobre a matéria com a mesma celeridade ocorrida na Câmara. Falando depois à imprensa, o presidente do Senado reiterou seu compromisso de fazer com que a proposta "tenha uma tramitação com a rapidez que exige o povo brasileiro".

Ele agradeceu a visita de Temer, que estava acompanhado pelos senadores Elcio Alvares (PFL-ES), Hugo Napoleão (PFL-PI), Júlio Campos (PFL-MT), Sérgio Machado (PSDB-CE), Vilson Kleinübing (PFL-SC) e Joel de Hollanda (PFL-PE).

### Situação do campo preocupa senadores

Valmir Campelo, Eduardo Suplicy, Francisco Escórcio e Ramez Tebet tratam da crise no setor rural. Pág. 6



Temer, acompanhado de senadores, foi ao gabinete de ACM entregar a proposta aprovada pela Câmara

## CPI faz diligências em seis empresas

*Objetivo é apreender documentos sobre colocação de títulos no mercado. Mais cinco pessoas ligadas a corretoras são chamadas a depor*

A pedido do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), a CPI dos Precatórios iniciou seus trabalhos ontem determinando diligências para busca e apreensão de documentos nas seguintes empresas: SMTJ, Sabra, Hannover, Tradetronic, Ianes e CQJR. Foi decidida também a quebra do sigilo bancário de Sérgio Mounib Derneka, dono da SMTJ.

Imediatamente, Romeu Tuma (PFL-SP) levantou-se, acompanhado de técnicos da Polícia Federal e de representantes do Ministério Público, para providenciar essa diligência, com prazo de 12 horas para encerramento. Enquanto isso, os senadores aprovavam outro requerimento

de Requião convocando as seguintes pessoas para depor: Gerson Martins (Perfil), Luís Calabria (Perfil), Enrico Piccioto (Split), Alberto Piccioto (Split) e Sérgio Mounib Derneka (SMTJ).

O primeiro a depor foi Jairo Cândido, ex-secretário de Economia e Planejamento da prefeitura de Guarulhos. Indagado por Requião sobre como aquela prefeitura resolveu lançar títulos no mercado, ele explicou que, como não tinha experiência no assunto, procurou informações com a prefeitura de São Paulo e com o Banco Central. Disse também que emitir títulos é um processo simples, que dispensa a contratação de con-

sultoria.

Requião indagou se ele sabia que os títulos de Guarulhos tinham transitado pela empresa IBF Factoring, suspeita de atuar como corretora *fantasma* no mercado. Ele negou ter conhecimento disso e assegurou que nenhum real foi usado para qualquer negócio que não fosse o pagamento de precatórios. Requião disse que os precatórios emitidos por Guarulhos estavam dentro dos limites constitucionais, mas lamentou que aquela prefeitura tenha caído nas armadilhas do mercado. Esperidião Amin (PPB-SC) também afirmou que o depoimento soava como o de uma pessoa que não tinha "nada a esconder".

## Troca de partido pode causar perda de mandato

Nova regra é uma das mudanças aprovadas ontem pela comissão da reforma política. Página 5

# Plenário rejeita urgência para projeto sobre a Vale

Requerimento de José Eduardo Dutra objetivava colocar em pauta proposta de Júnia Marise sobre edital de licitação da companhia

O plenário do Senado rejeitou ontem requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) para que fosse dada urgência a um projeto de resolução da senadora Júnia Marise (PDT-MG), o qual determina que o governo deverá encaminhar ao Senado, com antecedência de 30 dias, as informações que constarão do edital de privatização da Cia. Vale do Rio Doce.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) observou, antes da votação do requerimento, que



Júnia Marise

a imprensa vem noticiando que o governo divulgará nos próximos dias o edital de venda da Vale. Ele informou ter participado de um debate na *Folha de S. Paulo* com o presidente do

BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, quando este afirmou que as recentes descobertas de minas de ouro pela Vale exigiriam uma nova avaliação da empresa.

Dutra ponderou que os senadores, se quisessem mesmo opinar sobre a privatização da

Vale, deveriam pelo menos aprovar o pedido de urgência para o projeto de resolução de Júnia Marise. A senadora afirmou que o Senado não podia "abrir mão de suas prerrogativas de analisar com antecedência o conteúdo do edital".

A constitucionalidade do projeto de resolução foi questionada por José Serra (PSDB-SP). Ele afirmou que o governo vem atuando na privatização dentro dos limites dados por uma lei aprovada em 1990 e disse que o projeto de Júnia Marise fere a separação de poderes prevista na Constituição.



Ademir Andrade

## Ademir Andrade denuncia caos da saúde no Pará

A situação "caótica" em que se encontra a saúde pública no Pará foi denunciada ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Na opinião do senador, "a situação insustentável em que se encontra o setor público de saúde é resultado de uma ação governamental, tanto no âmbito federal quanto estadual, pouco eficaz e sem objetividade".

- O quadro está se agravando ainda mais com o reaparecimento de surtos de malária, na região da ilha do Marajó e nos garimpos do Sul, e de dengue e meningite, na periferia de Belém e nos municípios da área metropolitana. Isso indica o absoluto estado de abandono das unidades públicas - comentou o senador.

Ele disse que nem mesmo o esforço da Santa Casa de Misericórdia, que comemora seus 378 anos, ainda não é suficiente para atenuar o quadro de crise: "Apesar de louvável, a recuperação da Santa Casa, que vem investindo em novos equipamentos e implantando reformas na sua área física, não consegue conter o caos no qual a saúde do meu estado se encontra".

## Kandir fala hoje sobre a privatização

O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, e o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, comparecem hoje, às 10h, a audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para prestar informações sobre o edital de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Eles atendem a convite do presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN).

## Aprovados nomes de novos embaixadores

O plenário do Senado aprovou ontem os nomes de quatro novos embaixadores. Edgard Telles Ribeiro representará o Brasil na Nova Zelândia e João Carlos de Souza-Gomes irá para a Costa Rica. Arnaldo Carrilho, atual embaixador na Tailândia, acumulará também a função de representante brasileiro no Laos. O embaixador do Brasil na Itália, Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio, exer-

cerá cumulativamente a função de embaixador na Albânia.

Os senadores aprovaram ainda a criação de uma nova rádio e renovaram as concessões de outras três. O governo da Bahia poderá colocar em funcionamento uma emissora FM, com fins exclusivamente educativos, em Salvador, administrada pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb).

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Preside reunião da Comissão Diretora

11h - Recebe o ministro Francisco Rezek

11h30 - Recebe o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampra

15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

17h30 - Concede entrevista à revista *Newsweek*

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Substitutivo do Senado ao PLC nº 102/92, que amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório; \*PLC nº 104/95, que determina que as câmaras municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; \*PLC nº 44/96, que dispõe sobre a veicula-

ção de mensagem voltada à educação para o trânsito; \*PLS nº 73/96, que institui o Serviço Comunitário de Telecomunicações; e \*PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Infra-Estrutura

Pauta: Audiência pública com o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, e com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, para prestarem informações sobre o edital de privatização da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.477-33/97, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares

Pauta: Instalação da comissão, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

# Fogaça propõe "varredura" nas empresas de factoring

Se projeto que regulamenta atividade tivesse sido aprovado, firmas investigadas pela CPI dos Precatórios nem existiriam, diz senador

As empresas ditas de factoring, que fazem intermediações financeiras e adquiriram grande visibilidade com a CPI dos Precatórios, usam indevidamente essa denominação para encobrir ati-



José Fogaça

vidades de "contrafação, picaretagem e falsidade ideológica", afirmou ontem o senador José Fogaça (PMDB-RS). Ele defendeu a aprovação de projeto de lei de sua autoria - a Lei do Factoring - que regulamenta a atividade no país e contribui para "uma varredura nas empresas

que se dedicam à compra de cheques e à agiotagem".

- Se o projeto estivesse aprovado, a IBF, que a CPI dos Precatórios verificou ser uma empresa "laranja", simplesmente não existiria

- disse.

Factoring, explicou, caracteriza uma entidade voltada para o fomento mercantil e para a assistência técnico-financeira de pequenas e médias empresas, cujas normas são regidas pelo direito mercantil. Tais empresas são proibidas de captar e inter-

mediar recursos, ou seja, elas não podem atuar no mercado financeiro, acrescentou.

José Fogaça lamentou também que, devido à falta de lei que regulamente o factoring, empresas sérias estejam sujeitas a generalizações indevidas. Como se trata de uma atividade recente no país, "há um bando de picaretas que deveriam ser fulminados pela força sanitária da lei". Conforme documento da Federação Brasileira de Factoring, mostrado pelo senador, a IBF não é filiada à entidade e nunca fez operações que possam ser consideradas de factoring.



Roberto Requião

## Assessor desmente secretário

O relator da CPI dos Precatórios, Roberto Requião (PMDB-PR), aventou ontem a possibilidade de prisão para Roberto Sanchez, secretário de Negócios da Fazenda da prefeitura de Osasco, que, em sua opinião, faltou com a verdade ao depor perante os senadores. O secretário negou que tivesse vindo ao Congresso acompanhado de Wagner Baptista Ramos, coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo e um dos suspeitos de agir na emissão fraudulenta de títulos.

Nesse momento, o relator fez entrar na sala da comissão o assessor da Câmara Hélio Bastos, que informou ter acompanhado Roberto Sanchez e Wagner Baptista numa visita ao Legislativo, levando-os de volta para o aeroporto.

Conforme Wilson Kleinübing (PFL-SC), a IBF Factoring, uma das corretoras que atuava ilegalmente no mercado de títulos, teria lucrado R\$ 6,2 milhões com a operação conduzida por Roberto Sanchez na prefeitura de Osasco, graças à atuação do Banco de Santa Catarina (Besc) e da empresa Vetur.

Ao final do depoimento de Roberto Sanchez, o presidente da CPI, Bernardo Cabral (PFL-AM), anunciou ter recebido ofício do presidente do Banco Central comunicando que aquela instituição acabara de decretar a liquidação extrajudicial da empresa Dívida Factoring, uma das corretoras submetidas a investigação pela CPI.

## Bezerra sugere leilão de títulos para evitar irregularidades

A CPI dos Precatórios aprovou ontem requerimento do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) com três medidas para impedir novas irregularidades e fraudes na emissão e negociação de títulos públicos. A primeira medida prevê a colocação dos títulos no mercado em leilão público, a exemplo do que já acontece com os títulos federais. Hoje, os governos estaduais escolhem livremente as corretoras para o lançamento dos seus papéis.

Outra medida obriga os fundos de pensão, públicos e privados, a publicarem balanços, devidamente auditados por empresa de boa reputação no mercado. Conforme o senador Fernando Bezerra, os fundos públicos de



Fernando Bezerra

pensão movimentam cerca de R\$ 80 bilhões.

A terceira proposta aceita pela CPI recomenda que os fundos de pensão públicos, "dependendo de estudos mais apurados, deveriam ser obrigados a abrir concorrência para a sua administração profissional". Essas propostas deverão constar do relatório final da CPI. Para Fernando Bezerra, se tais medidas já estivessem em vigor, "teriam dificultado as fraudes que ocorreram com os precatórios".

## Suassuna apóia proposta de juíza contra corrupção

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sugeriu ontem que, no momento em que o país assiste à revelação de atos de corrupção com títulos públicos, nada mais oportuno que discutir as idéias apresentadas pela juíza de Direito Denise Frossard, em depoimento à Comissão de Constituição e Justiça, no ano passado.

Entre as sugestões da juíza, o senador destacou a criação de uma entidade composta por representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil, com a atribuição de exercer vigilância permanente sobre a lisura dos contratos e licitações realizados entre a iniciativa privada e o governo.

Tal entidade atuaria, após detectadas irregularidades, "no exame da conveniência, oportunidade e necessidade do aprofundamento da investigação, suspendendo as garantias dos sigilos bancário, fiscal e de comunicações", opinou o senador.

# Marina e Flaviano pedem socorro para desabrigados

*Senadores fazem relato das enchentes em municípios do Acre e solicitam apoio do governo federal e da sociedade às vítimas*

Os senadores Flaviano Melo (PMDB-AC) e Marina Silva (PT-AC) pediram ontem ajuda do governo federal e da sociedade para socorrer os desabrigados pelas chuvas nos municípios de Rio Branco e Sena Madureira, no Acre.

Informando que chegavam a 20 mil os desabrigados pelas chuvas que afetam Rio Branco, Flaviano informou que o rio Acre está 16 metros acima do nível normal, o que aproxima a atual enchente da maior inundação já ocorrida no estado.

Segundo Flaviano, o gover-



Flaviano



Marina

no do Acre e a prefeitura da capital não têm recursos para socorrer todos os desabrigados.

- Se o número absoluto de 20 mil desabrigados já é alto, o que mais assusta é o percentual da população que foi atingida: 10%. A enchente é tão grave que foram represados igarapés, como o São Fran-

cisco, que nunca haviam transbordados - disse Flaviano.

Marina Silva encaminhou ontem ofício à secretária do programa Comunidade Solidária, Ana Pelliano; ao diretor da Defesa Civil, Sanguinetti Ferreira, e a Elisa Viana, da Fundação Nacional de Saúde, para que sejam enviados remédios e alimentos e se dê o apoio necessário às vítimas das enchentes.

Segundo a senadora, além da assistência aos desabrigados, torna-se necessário adotar uma política preventiva contra as doenças causadas pela falta de saneamento básico nessas áreas.

## Odacir Soares comemora 40 anos da Ceplac

O senador Odacir Soares (PFL-RO) renovou ontem apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso



Odacir

para que reexamine a situação da cultura cacauera "e faça cumprir as recomendações, ainda atuais, do relatório da Comissão Interministerial do Cacau, editado quando ele próprio era ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, que, entre outras medidas, recomendava fortalecer a Ceplac".

Ao saudar o 40º aniversário de criação da Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), comemorado em Cacoal (RO) no dia 23, Odacir Soares lembrou que o órgão foi criado em 1957 com o objetivo de restabelecer o equilíbrio da economia cacauera e modernizar a produção.

## Dutra é o líder do PT e do Bloco, diz Eduardo Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que a liderança do PT continuará com o senador José



Dutra

Eduardo Dutra (SE), escolhido também para líder do Bloco da Oposição no Senado. Segundo Suplicy, a permanência de Dutra no cargo foi decidida de forma consensual, e acatada pelo bloco oposicionista, constituído por 11 senadores.

O PT, que sempre observou o rodízio anual de seus líderes, optou, desta vez, pela recondução. Como explicou Suplicy, a novidade decorre da criação do chamado Bloco da Oposição.



Elcio, ACM e Napoleão, entre outros, comparecem à filiação de Amazonino (à direita)

## Senadores prestigiam festa do PFL

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e inúmeros senadores do PFL prestigiaram ontem o ato de filiação do governador do Amazonas, Amazonino Mendes, à agremiação partidária. O governador foi apontado pela unanimidade dos oradores do evento como "a maior liderança política do Norte do país". ACM aproveitou a oportunidade para destacar o crescimento do PFL e sua

vocação para o exercício do poder, graças à qualidade de sua proposta e de seus quadros.

Com as maiores bancadas da Câmara e do Senado, o PFL reuniu durante o ato de filiação, realizado no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, dezenas de deputados federais e estaduais, além de lideranças partidárias, prefeitos do Amazonas e o governador do Acre, Orleir Cameli, que também está ingressando no partido. Esti-

veram presentes ainda os senadores pefelistas Hugo Napoleão (PI), Bernardo Cabral (AM), Gilberto Miranda (AM), Romeu Tuma (SP), Francelino Pereira (MG), Freitas Neto (PI), Jonas Pinheiro (MT), Elcio Alvares (ES), Júlio Campos (MT) e Joel de Hollanda (PE). Os ministros do Meio Ambiente, Gustavo Krause, e de Minas e Energia, Raimundo Brito, também compareceram.

Ligue gratuitamente para 0800-614455 e saiba o que acontece no Senado

# Rigor contra quem mudar de partido

*Comissão aprova perda de mandato em caso de infidelidade, medida que inclui também violação grave da disciplina partidária por parte de membros do Legislativo e do Executivo*

A Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), aprovou ontem a perda do mandato para quem trocar de partido político. De acordo com a proposta do relator, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), essa perda será automática, salvo no caso de fusão ou incorporação de partido, ou para participar, como fundador, da constituição de nova agremiação partidária.

Por sugestão do líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), a nova regra valerá a partir da promulgação da emenda constitucional. A idéia do relator era a de que os efeitos da emenda aconteceriam apenas a partir da primeira legislatura seguinte. A perda do mandato será declarada pela Mesa da Casa respectiva. Todas as decisões da comissão especial serão ainda apreciadas, na forma de proposta de emenda constitucional, pela Comissão de Constituição, Justiça



**Humberto Lucena (E) preside a reunião da comissão, que tem Sérgio Machado (D) como relator e Cidadania (CCJ) do Senado, para depois serem submetidas ao plenário.**

Também poderá perder o mandato, conforme o texto aprovado, o membro do Poder Legislativo ou o chefe do Poder Executivo que, na forma da lei e do estatuto do partido, come-

ter violação grave da disciplina partidária, assegurada ampla defesa. O pedido de decretação de perda do mandato, nesse caso, será processado e julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de cargo eletivo federal, e pelo Tribunal Regional Eleitoral, no âmbito de

seu jurisdição, quando se tratar de cargos eletivos estaduais e municipais.

A comissão aprovou ainda a exigência de um prazo de dois anos de domicílio eleitoral para os candidatos a cargos eletivos. Quanto à filiação partidária, definiu a exigência de um ano para quem nunca foi filiado a partido político, e de dois anos para quem já pertenceu a uma agremiação partidária. Para a próxima eleição (1998), entretanto, deverão valer as atuais regras - um ano de filiação e seis meses de domicílio.

Outra decisão da comissão especial foi a de restringir o acesso aos recursos do Fundo Partidário e também ao rádio e à televisão aos partidos que obtiverem, na última eleição para a Câmara dos Deputados, pelo menos 5% dos votos apurados. Não seriam computados os em branco e os nulos, distribuídos em no mínimo um terço dos estados brasileiros, com pelo menos 2% do total de cada um deles.

A comissão ainda vai deliberar sobre os seguintes temas: financiamento de campanhas, duração dos mandatos dos senadores, eleição dos suplentes de senadores, voto obrigatório e facultativo, segundo turno e imunidade parlamentar.

## Fidelidade gera polêmica na reunião

A questão mais discutida pela Comissão Especial da Reforma Político-Partidária na reunião de ontem foi a fidelidade partidária. Ao defender sua proposta, o relator afirmou que, em sua maioria, os parlamentares são eleitos em função dos resultados obtidos pelos partidos. Sérgio Machado (PSDB-CE) disse que o candidato usa o palanque do partido, gera uma expectativa de atuar nesse partido, e, portanto, deve devolver o mandato ao partido se optar por uma nova agremiação política.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a permissividade cria insegurança, mas observou que, de acordo com a proposta do relator, o parlamentar que não estiver bem acomodado em seu partido não terá a oportunidade de

mudar de agremiação. Já o senador José Fogaça (PMDB-RS) manifestou sua opinião de que parte do mandato é do partido, e outra parte é do indivíduo. Na avaliação de Fogaça, "a perda do mandato não dá espaço nenhum para preservação do livre arbítrio".

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) considerou o tema polêmico e disse que a fidelidade partidária é importante para o fortalecimento dos órgãos partidários. Mas observou que a fidelidade somente deve ser admitida se os partidos tiverem características programáticas, clareza de propostas, forte cunho ideológico. O senador Jader Barbalho interveio no debate, lembrando que o assunto será ainda discutido pela CCJ e citando o caso do partido do então presidente da República

Fernando Collor, o PRN, que cresceu com a eleição de Collor e esvaziou-se com o *impeachment*.

Ao término da discussão, o presidente da comissão, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), disse que Fogaça tinha razão, porém observou que, politicamente, há uma preocupação muito grande da opinião pública em relação à questão da fidelidade partidária. Se o assunto não for tratado, disse Lucena, poderá pairar a dúvida de que os senadores estão querendo manter a situação de hoje, "que é insustentável, porque as pessoas se sentem donas absolutas dos seus mandatos, deixam os partidos sem a menor explicação e trocam de partido como trocam de camisa". A comissão voltará a reunir-se na próxima semana.

# Dívidas de pequeno produtor preocupam Ramez Tebet

Além de uma política de apoio aos que estão entregando suas terras ao Banco do Brasil, senador pede projeto de reforma agrária regionalizado



Valmir Campelo

## Valmir condena escravidão ainda hoje no campo

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) denunciou ontem a existência, no Brasil, de cerca de 5 milhões de trabalhadores em regime de escravidão. Na sua opinião, "é inaceitável que o homem arredará os pés deste solo planetário para conquistar novos horizontes, sem que tenha resolvido o problema da miséria humana".

Segundo Valmir, esse número foi levantado pela entidade *Antislavery International*, contradizendo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estima em apenas 6 milhões a quantidade de pessoas que vive em regime de escravidão no mundo.

No Brasil, especificamente, o cativeiro é mantido por meios violentos - informou o senador. Ele citou entrevista do sociólogo José de Souza Martins ao *Correio Brasileiro*, segundo a qual em 30% das fazendas onde se constatou a prática de trabalho escravo os trabalhadores eram surrados ou submetidos a diferentes formas de tortura. Em 20% dessas fazendas houve assassinato dos trabalhadores que tentaram fugir.

Para o senador, "é de admirar que, com a tecnologia existente hoje no mundo, ainda existam essas barbáries. Não é mais possível tolerar que continuem existindo padrões que exploram seus empregados, cobrando-lhes dívidas com valores manipulados e multiplicados", concluiu.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ontem ao governo que elabore uma política de apoio aos pequenos agricultores que estariam, em pagamento de dívidas, entregando suas terras ao Banco do Brasil. Ele advertiu sobre a necessidade de se desenvolver um projeto de reforma agrária regionalizado e transparente.

Segundo o senador, é preciso que se informe à nação quantos são os trabalhadores sem-terra, onde e como foram ou serão assentados. Essa atitude, a seu ver, evitaria a ade-

são de pessoas desvinculadas da realidade rural ao Movimento dos Sem-Terra. Conforme ressaltou, esse movimento vem crescendo, apesar dos inúmeros assentamentos promovidos pelo governo.

Tebet entende haver unanimidade na "elite pensante do país" quanto à necessidade da realização da reforma agrária. Em aparte, Mauro Miranda (PMDB-GO) sugeriu que o governo promova a descentraliza-



Ramez Tebet

ção das ações voltadas para a reforma agrária. Ney Suassuna (PMDB-PB), por sua vez, disse que o governo precisa fazer urgentemente um cadastro dos trabalhadores sem-terra para evitar que trabalha-

dores beneficiados anteriormente voltem à fila dos que querem terra. Já Carlos Bezerra (PMDB-MT) afirmou que o governo atual precisa criar uma metodologia nova para a realização da reforma agrária.

## Suplicy defende diálogo com sem-terra

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez ontem apelo ao ministro Raul Jungmann para que mude de atitude e promova o diálogo entre o governo, fazendeiros e trabalhadores sem-terra. A seu ver, só assim se poderá resolver a questão agrária no país.

Em apoio ao seu pedido, Suplicy salientou pesquisa de opinião, divulgada pela Rede Globo, que registrou o

apoio popular ao Movimento dos Sem-Terra (MST) e à realização de uma reforma agrária pacífica, por um lado e, por outro, a insatisfação da sociedade com a morosidade das ações governamentais ante os problemas do campo.

Prova dessa lentidão, segundo Suplicy, está no fato de que antes do incidente no Pontal do Paranapanema o secretário de Justiça paulista acertou com o MST, fazendei-

ros e trabalhadores assentados a realização de um levantamento sobre o grau de produtividade das propriedades da área.

Esse acordo, conforme o senador, foi desestimulado pelo Inbra, sob o argumento de que não dispunha de engenheiros agrônomos suficientes para o trabalho. Após o incidente, entretanto, o ministro Raul Jungmann, de acordo com Suplicy, assegurou a presença de 60 agrônomos para a realização de um grande mutirão no local.



Eduardo Suplicy

## Escórcio sugere participação de municípios

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) apresentou ontem projeto de lei propondo a participação obrigatória do município, juntamente com o Inbra, durante todos os processos de assentamento de sem-terra em seu território. Na opinião do senador, é fundamental que as prefeituras estejam familiarizadas com as práticas e metodologias desses processos e estejam engajadas desde o prin-

cípio.

O projeto impõe que seja dada preferência ao assentamento de trabalhadores rurais residentes no município. Segundo Escórcio, atualmente a totalidade dos agricultores beneficiados são de fora e, muitas vezes, conseguem condições mais favoráveis que os produtores lo-



Francisco Escórcio

cais.

O remembramento de minifúndios produtivos, conjugado com o desmembramento de latifúndios, também consta da proposição. Para Escórcio, esse procedimento vai corrigir uma distorção que impede o crescimento da produção em propriedades com alto índice de produtividade.

# Valadares cobra decisão do TCU sobre auditoria no Projeto Sivam

*Segundo senador, a questão exige solução urgente porque no dia 7 será consumado acordo comercial com empresa norte-americana*

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou requerimento de informações dirigido ao Tribunal de Contas da União (TCU) para saber se aquela corte já julgou a última auditoria sobre os contratos da empresa Raytheon, fornecedora do Projeto Sivam, nos quais teriam sido introduzidas numerosas e vultosas alterações nas quantidades e nos preços dos equipamentos.

No caso de a resposta ser positiva, Valadares quer saber ainda quais as determinações ou recomendações adotadas. Ele está preocupado com a questão porque os órgãos executantes do Projeto Sivam deverão assinar contrato de financiamento no próximo dia 7, tornando fato consumado o acordo comercial firmado com a empresa norte-americana.

Conforme o senador, após auditoria realizada sobre o processo de seleção e contratação da empresa Raytheon, o TCU de-



Antonio Carlos Valadares

ciduiu, em dezembro de 1996, que os procedimentos adotados pelo Ministério da Aeronáutica foram regulares.

Na opinião do senador, entretanto, o tribunal limitou-se a julgar aspectos formais do contrato, sem considerar que o resultado material não faz cumprir os requisitos de "melhores preços" e "melhores condições de financiamento" exigidos pela lei.

Na justificativa do seu pedido, Valadares destaca que a seleção da Raytheon, efetuada entre 1992 e 1993, foi materializada em contrato com o Ministério da Aeronáutica apenas em 1995.

Entre um momento e outro, a quantidade de radares foi reduzida à metade e o preço do equipamento, aumentado em 50%.

Segundo disse, o preço das estações meteorológicas, por sua vez, ficou cinco vezes mais caro que o valor originalmente indicado; o da estação central foi elevado em mais de 100% e o do sistema gerenciador da rede, em mais de 20 vezes, apesar de o valor global do projeto ter sido mantido, conforme o senador verificou nos dados da auditoria do TCU.

De acordo com Valadares, a ressalva da Raytheon, assinalando que os preços indicados na proposta inicial eram apenas um referencial, não justifica variações tão grandes. A seu ver, não há demonstrativos que justifiquem os novos preços, os quais, segundo análise da Secretaria do Tesouro Nacional, farão o Projeto Sivam custar mais que o dobro do valor do financiamento aprovado pelo Senado.



Benedita da Silva

## UERJ requer mais atenção, diz Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) pediu ontem ao governo fluminense maior atenção para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ela disse que o tratamento que for dado à instituição "traduzirá a política estadual para as áreas de ciência, tecnologia, saúde, cultura e educação".

- Dos R\$ 25 milhões destinados no orçamento aprovado pela Assembléia Legislativa para o custeio da universidade em 1996, o estado repassou apenas R\$ 9 milhões. Nenhum recurso para investimento foi repassado pelo estado nos últimos anos, prejudicando tanto o funcionamento da universidade como a modernização do Hospital Universitário Pedro Ernesto - informou.

Segundo Benedita da Silva, a UERJ atende a mais de 20 mil alunos de graduação, 2 mil de pós-graduação e 4 mil em outras modalidades de cursos. Ela destacou que a universidade também desenvolve projetos de extensão, por meio de atividades culturais e outras iniciativas junto, sobretudo, a jovens e idosos. Na área de pesquisa, a instituição publicou, ano passado, 1.700 artigos.

A senadora destacou a atuação do Hospital Pedro Ernesto, a seu ver um dos melhores da rede estadual e centro de referência em inúmeras especialidades. Para Benedita da Silva, graças a uma eficiente política administrativa adotada pela universidade é que a instituição tem conseguido manter os seus diversos serviços.

## Alcântara elogia atuação do Banco do Nordeste

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que o trabalho de reestruturação interna do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), iniciado em 1995, impulsionou de "forma vigorosa" o desenvolvimento da região e tornou aquela instituição em modelo a ser seguido pelos demais órgãos da administração pública brasileira.

Segundo o senador, a reorganização interna possibilitou ao banco mais que quadruplicar as operações de crédito e diminuir sensivelmente o prazo médio de resposta às solicitações de financiamento. Além da atividade creditícia, o Banco do Nordeste vem montando equipes de profis-



Lúcio Alcântara

sionais para fornecer capacitação empresarial às pequenas e médias empresas.

- O Banco do Nordeste tem escutado o apelo de mais eficiência e auto-sustentação que a população brasileira tem lançado aos órgãos públicos. Mais eficiência em seu funcionamento e no atendimento das reais necessidades dos cidadãos e da sociedade. Auto-

sustentação, pela capacidade de captar recursos para financiar o desenvolvimento, sem depender apenas de dotações orçamentárias - frisou.

Lúcio Alcântara observou que o BNB leva tão a sério o seu papel de agente de desenvolvimento que deu ao seu próprio pessoal essa denominação. "Esses profissionais atuam no âmbito da organização de pequenos e miniprodutores, da modernização e aumento da competitividade dos empreendimentos nos municípios da região", assinalou.

Em aparte, Valmir Campelo (PTB-DF) disse que o Banco do Nordeste vem colaborando para o desenvolvimento da região "com organização, transparência e honestidade".



Humberto Lucena

## Lucena presta homenagem a Gileno De Carli

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) lamentou ontem a morte do ex-deputado federal pernambucano Gileno De Carli: "Ele já foi meu adversário político, mas sempre o respeitei como homem público, que sempre desempenhou suas funções com honestidade e competência".

Lucena disse que Gileno De Carli, quando na presidência do antigo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1951, durante o governo Getúlio Vargas, criou o Plano Nacional de Aguardente, que visava transformar parte da produção em álcool combustível. Em 1958, elegeu-se deputado federal pelo PSD e trabalhou na organização da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Lucena informou que Gileno De Carli escreveu diversos livros sobre a indústria açucareira e foi membro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e conselheiro do Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

# Jonas Pinheiro quer a tramitação rápida da Lei de Cultivares

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ontem aos senadores que apressem a tramitação do projeto do Executivo que cria a Lei de Proteção de Cultivares, para assegurar direitos autorais dos pesquisadores agrícolas, produtores ou profissionais especializados na melhoria genética de sementes.

Segundo o senador, que é relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, a aprovação da medida amplia-



Jonas Pinheiro

rá as possibilidades de intercâmbio tecnológico com outros países e restringirá tanto a "pirataria" como o uso inadequado de materiais genéticos.

Jonas destacou que a adoção dessa lei aumentará os níveis de investimentos e as possibilidades de instalação de novas empresas privadas de pesquisas.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que a Lei de Cultivares "é a mais importante em tramitação na Casa".

## Suassuna exige prioridade para transposição do São Francisco

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem esperar que o projeto de transposição de águas do rio São Francisco seja incluído entre as prioridades do governo. Segundo o senador, já houve um "aceno do Palácio do Planalto" de que os estudos sobre o projeto serão retomados.



Ney Suassuna

Suassuna lembrou que a obra beneficiaria os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. No caso da Paraíba, a transposição de águas do

São Francisco supriria o consumo humano e animal. Conforme Suassuna, as previsões meteorológicas apontam para um ciclo de seca no Nordeste.



Emília Fernandes

## Emília exalta libertação de Lamia Hassan

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) disse ontem que a libertação da brasileira Lamia Marouf Hassan, que se encontrava presa em Israel, foi "uma vitória de todos que lutam pela paz no Oriente Médio, mas, acima de tudo, do diálogo, da democracia e da busca de soluções para sepultar décadas de ódio".

Ela destacou que a decisão tomada pelo governo de Israel faz parte do acordo de paz assinado em setembro de 1993 entre árabes e israelenses, que definia um plano de libertação de todos os prisioneiros, iniciando-se pelas detentas mulheres. Emília lembrou que a libertação estava prevista para ocorrer anteriormente, mas, diante da negativa do governo de Israel de soltar determinadas prisioneiras, as demais recusaram o indulto.

Lamia Hassan fora presa há onze anos, aos 19 anos de idade, por ter participado do seqüestro e morte de um soldado israelense na Cisjordânia. "Ela já declarou que hoje não teria mais sentido agir daquela forma e agora é uma militante da paz", disse Emília.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, RONALDO CUNHA LIMA E FLAVIANO MELO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella

**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Holanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciela da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

**Órgão Oficial do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996) - Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita**

**Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios**

**Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos**

**Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade**

**Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso**

**Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho**

**Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento**

**Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano**

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.